

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.325.747 - PR (2018/0172935-4)

AGRAVANTE : MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
ADVOGADOS : LAURINDO LEITE JUNIOR - SP173229
LEANDRO MARTINHO LEITE - SP174082
GABRIELA SALLA - SP325694
RICARDO FLORENCIO GERALDINI - SP331957
AGRAVADO : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : LUIZ HENRIQUE SORMANI BARBUGIANI - PR048155

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO TRIBUTÁRIO JULGADA IMPROCEDENTE. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. REMESSA INTERESTADUAL DE MERCADORIA ENTRE ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA (MATRIZ E FILIAL). RECOLHIMENTO DO IMPOSTO PELA MATRIZ SOBRE O VALOR DA TRANSFERÊNCIA COM FULCRO NA CLÁUSULA SEGUNDA DO CONVÊNIO Nº 81/93. IMPOSSIBILIDADE. EXCEÇÃO PREVISTA PELA CLÁUSULA QUINTA DO MESMO ATO NORMATIVO. RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO QUE É ATRIBUÍDA À FILIAL NO MOMENTO EM QUE TRANSFERIR A MERCADORIA PARA TERCEIROS. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. QUESTÃO UNICAMENTE DE DIREITO. DIFERENÇA APURADA NO VALOR DO TRIBUTO QUE DECORRE DO ENQUADRAMENTO DA PESSOA JURÍDICA EM NORMA DIVERSA DAQUELA POR ELA CONSIDERADA. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

Na origem, cuida-se de apelação interposta pela parte requerente, ora recorrente, contra a sentença que julgou improcedente a pretensão deduzida na ação por ela ajuizada, consistente na declaração da inexigibilidade do crédito oriundo da lavratura do Auto de Infração n. 6575468-1.

Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 513.154,83 (quinhentos e treze mil, cento e cinquenta e quatro reais, e oitenta e três centavos), em janeiro de 2015.

Naquele acórdão, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação, mantendo incólume a sentença proferida.

Os embargos de declaração interpostos não foram providos.

No recurso especial, a parte recorrente aponta a violação do art. 8º, II, *c*, da Lei Complementar n. 87/1996.

Aduz, em síntese, que a apuração do valor devido a título de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços arrecadado por Substituição Tributária (ICMS-ST), efetuada no Auto de Infração n. 6575468-1, não adotou a base de cálculo adequada, qual seja, a margem de valor agregado referente às operações subsequentes, prevista no art. 8º, II, *c*, da Lei Complementar n. 87/1996.

Indica a violação dos arts. 370 e 373, I, ambos do CPC/2015.

Alega, em suma, que o deslinde da controvérsia não prescinde da produção de prova pericial, porquanto abarca matéria fática, razão pela qual o julgamento antecipado da lide, proferido na sentença apelada e confirmado no acórdão ora recorrido, importou injustificada limitação de acesso a meio de prova idôneo e admitido pelo direito.

Apresentadas contrarrazões pelo não conhecimento do recurso especial, ou ainda, pelo improvimento do mesmo.

O recurso especial não foi admitido no Tribunal de origem, com base na impossibilidade de reexame de fatos e provas na via recursal eleita (Súmula n. 7/STJ).

No presente agravo, a recorrente argumenta com o intuito de rebater o fundamento apresentado pelo Julgador originário.

É o relatório. Decido.

Considerando que a parte agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão de inadmissão, passo ao exame do recurso especial interposto.

No tocante tanto à suposta violação do art. 8º, II, *c*, da Lei Complementar n. 87/1996, quanto à suposta violação dos arts. 370 e 373, I, ambos do CPC/2015, registro que o recurso especial não merece conhecimento.

A partir da análise do acórdão recorrido, é possível verificar que, com lastro no conjunto probatório acostado aos autos, a Corte Julgadora originária concluiu que a empresa recorrente é contribuinte do tributo (ICMS), porém não está sujeita ao sistema de responsabilidade tributária por substituição, o que além de afastar a aplicação do disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar n. 87/1996, torna inócua a produção de prova pericial. Infere-se o exposto dos fragmentos do voto condutor transcritos a seguir:

"Ocorre que como a apelante não está submetida a sistemática da responsabilidade por substituição, mas sim a regra geral da tributação, não se

aplica o art. 8º, II, da LC 87/96 (que trata especificamente da base de cálculo no caso da responsabilidade por substituição tributária), mas sim o art. 13, I, da LC 87/96, que determina a incidência sobre o 'valor da operação'.

Observa-se que a redação da cláusula quinta do Convênio nº 81/93 é clara no sentido de que 'a substituição tributária não se aplica' ao caso descrito e que, portanto, não existe mais responsável tributário e sim contribuinte. O sujeito passivo deixa de ser responsável por obrigações de terceiros e passe a responder apenas pelas suas obrigações, incidindo as normas gerais de arrecadação e não as específicas relativas a substituição tributária. "

"A controvérsia instaurada no presente feito se restringiu à aferição da incidência ou não dessa norma excepcional à hipótese dos autos, o que, uma vez admitida, altera também a base de cálculo e o valor do imposto devido pela demandante.

Logo, desnecessária a produção de prova pericial para elucidar questão que, como visto, é decorrência direta da simples definição da norma aplicável ao caso em apreço. "

A análise das razões recursais, por sua vez, revela que o fundamento decisório acima pronunciado, relativo ao fato de que a empresa recorrida não ostenta a condição de substituta tributária do ICMS, além de suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi especificamente rebatido no recurso especial, o que atrai, por analogia, a incidência dos óbices ao conhecimento recursal constantes dos enunciados das Súmulas n. 283 e n. 284, ambas do STF (*in verbis*):

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ademais, ainda que afastados os óbices supramencionados, o recurso especial não seria conhecido. Isso porque, a irresignação da parte recorrente vai de encontro às convicções do Tribunal de origem que, com amparo nos fatos e provas acostados aos autos, considerou a empresa recorrente insusceptível ao sistema de responsabilidade tributária por substituição, circunstância que ilidi a pertinência de dilação probatória.

Nesse diapasão, a revisão do entendimento acima retratado, através da reinterpretação dos dispositivos legais federais reputados violados, demanda, necessariamente, o revolvimento dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é vedada no âmbito estreito do recurso especial, em virtude da incidência do óbice ao conhecimento recursal constante do enunciado da

Súmula n. 7 do STJ, segundo a qual (*in verbis*): “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Além disso, com amparo no art. 85, § 11, do CPC/2015, e levando em conta os critérios estabelecidos no art. 85, § 2º, do CPC/2015, majoro para R\$ 7.000,00 (sete mil reais) o valor da verba honorária.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

